30 de novembro de 2020

COMENTÁRIOS GERAIS

A Coligação C6 (ANP|WWF, FAPAS, GEOTA, LPN, Quercus e SPEA) saúda a apresentação e consulta pública da proposta de Quadro de Ação Prioritária (QAP) para a Rede Natura 2000 em Portugal continental e espaço marítimo adjacente, mas considera que este documento tem ainda graves insuficiências que urge solucionar e adiante se detalham. Mais ainda, o detalhe de informação apresentado nas diferentes secções do documento e nas diferentes medidas prioritárias identificadas não é uniforme, resultando numa desproporcionalidade de rigor e, potencialmente, de investimento entre prioridades de conservação de distintos valores naturais (em prejuízo daqueles para os quais é fornecido menor detalhe).

Apesar de saudarmos muitas das medidas sugeridas para o meio marinho, entendemos que importa salientar que, sendo o ICNF a entidade nacional de conservação da Natureza em Portugal, e tendo portanto a seu cargo a responsabilidade de assegurar a conservação do meio marinho, e das zonas nele classificadas, consideramos que as águas marinhas e costeiras estão pouco representadas nas prioridades e orçamento deste documento.

Verifica-se com muita preocupação que ao longo das tabelas (com as listas de medidas) da secção E, a fonte de cofinanciamento da UE para as medidas prioritárias a aplicar não se encontra, na maior parte dos casos, identificada, designadamente: E.1.1; quase totalidade da E.1.2; E.1.3; E.1.4; E.1.5; E.2.1; metade da E.2.3; cerca de metade da E.2.6; metade da E.2.7; quase totalidade da E2.8; E.2.9; E.3.1; e metade da E.3.2.

Na prática, apenas para três destes subpontos é referida a fonte de cofinanciamento da UE e, ainda assim, somente quando a mesma se refere à Política Agrícola Comum (PAC). Para além de representar uma importante insuficiência do documento, compromete um dos principais objetivos do mesmo, que consiste precisamente em "(…) *discriminar as necessidades de financiamento de uma forma que possibilite uma afetação eficaz das verbas da rede Natura 2000 no âmbito dos fundos da UE pertinentes no QFP 2021-2027*". Apenas com a definição das fontes de cofinanciamento para cada uma das medidas identificadas será possível "(…) *prestar informações fiáveis sobre as necessidades de financiamento prioritárias da Rede Natura 2000, tendo em vista a sua incorporação nos instrumentos de financiamento pertinentes da UE no âmbito do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para 2021-2027*".A missão última do QAP fica assim comprometida, pelo que se considera que a análise do documento e, consequentemente, a sua adequada consulta pública fica desde logo impossibilitada.

Ainda sobre estas tabelas (com as listas das medidas), é igualmente motivo de preocupação o reduzido grau de pormenor na descrição de cada uma das medidas prioritárias, pois não permite perceber a forma como os custos foram calculados, conforme

é requerido ("*O grau de pormenor na descrição de cada uma das medidas deve ser suficiente para perceber a forma como os custos foram calculados*.").

De igual forma, a maioria das metas das medidas prioritárias propostas nesta secção encontram-se insuficientemente ou indevidamente quantificadas ("*Sempre que existam metas quantificadas, a descrição da medida deve incluí-las*"):

- As medidas E.1. não se encontram de todo quantificadas (exemplos de possíveis métricas: número de novos SIC designados, número de planos, número de ações de divulgação, número de sessões participativas, área de terrenos a adquirir, número de contratos de gestão com proprietários, número de microreservas estabelecidas, número de ações de fiscalização);
- As medidas E.2.1. a E.2.8. encontram-se indevidamente quantificadas: Ao nível da definição do "Alvo (ha)" das diferentes medidas prioritárias a aplicar, a Nota Metodológica do ANEXO 1 (Síntese) refere que "(…) a área elegível é uma área máxima potencial de intervenção, podendo, portanto, não corresponder à área efetivamente intervencionada no horizonte do PAF até 2027". Isto, na prática, significa que não se está verdadeiramente a definir uma área alvo das medidas, o que limita fortemente a avaliação da adequabilidade das necessidades de financiamento identificadas, gerando sérios receios sobre a suficiência das mesmas face às reais necessidades de atuação/conservação. Por outro lado, a metodologia adotada para o cálculo dos custos da medidas agroambientais, é referida como sendo baseada num estudo de 2006, o que levanta receios sobre a sua adequação aos atuais contextos e necessidades, tanto do ponto de vista de conservação como agrícola.
- Algumas medidas E.3. encontram-se insuficientemente quantificadas; destacamos, a título de exemplo, a quantificação de resultados da medida 3.1.3 que, para além de claramente insuficiente, se revela omissa para algumas das metas e subvalorizada para outras.

Em conclusão, e sem prejuízo dos comentários detalhados abaixo seguindo a estrutura da proposta do QAP, **consideramos que este documento apresenta inúmeras lacunas graves que impedem que o consideremos apto para ser sujeito a uma consulta pública informada. Apelamos com veemência a que o documento seja significativamente melhorado e sujeito a um novo processo de consulta pública.**

COMENTÁRIOS ESPECÍFICOS - POR SEÇÃO

A. Introdução

A.1 Introdução geral

A.2 Estrutura do atual modelo de QAP

A.3 Introdução do QAP específico de Portugal Continental

B. Síntese das necessidades de financiamento prioritárias no período 2021-2027

Para este novo período de programação (2021-2027) foi desenhado um novo formato para o QAP, sendo que os Estados-Membros são agora convidados a incorporar de forma explícita nas suas propostas medidas adicionais e as suas necessidades de financiamento a implementar fora dos espaços da Rede Natura 2000, designadamente para infraestruturas verdes[1] que contribuam para a coerência ecológica da Rede, incluindo num contexto transfronteiriço, e para o objetivo de manutenção e restabelecimento de estatutos de conservação favoráveis das espécies e habitats alvo.

Contudo, na proposta de QAP agora em consulta, apenas 0,2% do montante total de investimento se destina a medidas adicionais no domínio das «infraestruturas verdes» fora da Rede Natura 2000 (reforço da coerência da Rede Natura2000, incluindo num contexto transfronteiriço) [medidas 2.a]. Um cenário que muito contrasta com as propostas já apresentadas pelos outros Estados-Membros, cujas necessidades de financiamento ao abrigo destas medidas se apresentam na ordem dos 20%[2]. Uma tendência igualmente seguida pela vizinha Espanha (23,6%).

Como tal, e ao encontro da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018), que define como "*particularmente relevante, a promoção e a recuperação da conectividade assegurada pelos ecossistemas terrestres, através de infraestruturas verdes, e ecossistemas aquáticos (dulciaquícolas e de transição) e marinhos*", propomos a revisão das propostas de medidas

[1] «Rede estrategicamente planeada de zonas naturais e seminaturais, com outras características ambientais, concebida e gerida para prestar uma ampla gama de serviços de ecossistema. Incorpora espaços verdes (ou azuis, se envolver ecossistemas aquáticos) e outras características físicas em zonas terrestres (incluindo as costeiras) e marinhas. Em terra, a infraestrutura verde está presente em meios rurais e urbanos.»

[2] De acordo com o NADEG (Expert Group on the Birds and Habitats Directives) [Doc Nadeg 20-10-05], até ao final de setembro de 2020, 23 Estados Membros enviaram rascunhos dos PAFs, sendo que a maioria foi já avaliada pela CE e uma primeira reação comunicada a cada Estado Membro. Com base nesses PAFs, o total estimado para as necessidades de financiamento prioritário no período de 2021-2027 é de 8.8 mil milhões de euros por ano. Destes, 4.7 mil milhões (54%) correspondem a custos para medidas de conservação e restabelecimento de espécies e habitats aplicáveis aos sítios da rede Natura 2000 [medidas 2.a], 1.6 mil milhões (18%) a medidas horizontais e custos administrativos ligados à rede Natura 2000 [medidas 1], 1.8 mil milhões (20%) a medidas adicionais no domínio das «infraestruturas verdes» fora da rede Natura 2000 [medidas 2.b] e 0.7 mil milhões (8%) a medidas adicionais específicas por espécie não ligadas a ecossistemas ou habitats específicos [medidas 3].

definidas e suas necessidades de financiamento a implementar fora dos espaços da Rede Natura 2000 [medidas 2.a], no sentido do seu significativo reforço. Esta necessidade de interligação vital para a verdadeira sustentabilidade de muitas das áreas de Rede Natura deve ser também devidamente avaliada e assegurada com as medidas e respectivo financiamento a serem acauteladas nas ferramentas de ordenamento e outros instrumentos regionais/locais.

C. Estado atual da rede Natura2000

C.1. Estatísticas de áreas da rede Natura 2000

C.2. Mapa da rede Natura2000 em Portugal continental e no espaço marítimo adjacente

Consideramos que o mapa fornecido não é suficientemente informativo, pois não identifica pelo nome as diferentes áreas da RN2000, nem a sua designação oficial. O mapa a acompanhar o documento final deverá ser mais detalhado. Adicionalmente, e de acordo com as FAQs da Comissão Europeia sobre os PAFs, o mapa deve ser "an image fitting an A4 format", do que se depreende que deve ser suficientemente grande para um A4, mas não inferior, como a imagem fornecida.

D. Financiamento da UE e nacional da rede Natura 2000 no período 2014-2020

Conforme explicitado no próprio documento, a secção D "(…) *fornece uma visão global das verbas atribuídas à rede Natura2000, à proteção das espécies de interesse para a UE e às infraestruturas verdes no período 2014-2020. Estes dados devem ajudar a Comissão e as autoridades nacionais/regionais a avaliar em que medida as necessidades financeiras da rede Natura 2000 estão atualmente satisfeitas e quais são as lacunas de financiamento.*"

No entanto, o reduzido detalhe fornecido nos diferentes pontos desta secção D e, em especial, a total ausência de dados relativos ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER – D.1) e ao Interreg (D.5), impossibilita avaliar se os montantes já executados e comprometidos permitem colmatar as atuais necessidades financeiras, e quais as lacunas de financiamento existentes. No que respeita ao FEADER, tal é particularmente preocupante, atendendo a saber-se que a execução dos fundos da CAP na componente ambiental foi manifestamente insuficiente face às necessidades anteriormente identificadas. Por outro lado, é igualmente sabido que o programa Interreg inclui projetos com incidência na Rede Natura 2000 e em valores naturais constantes das Diretivas Habitats e Aves, pelo que estes dados deverão ser incluídos no documento.

Na ausência de informação sobre a aplicação dos diferentes fundos no período 2014-2020, não é possível avaliar a existência de lacunas de financiamento da Rede Natura 2000 ou qual exatamente a sua magnitude/incidência, o que condiciona de forma relevante a análise e desenvolvimento das restantes secções do documento.

Mais, a ausência de dados pode confundir-se com ausência de financiamento no âmbito da medida ou da categoria da despesa em causa, dado que se considera que "Na ausência de

qualquer financiamento no âmbito da medida ou categoria de despesa específica, deixar os campos vazios." como indicado no modelo por preencher (disponível aqui). Como tal, conforme recomendado nas instruções de preenchimento do documento, na ausência de dados precisos sobre o financiamento devem ser facultados números aproximados, usando, por exemplo, valores percentuais.
Relativamente ao FEDER (D2) e ao FEAMP (D3), onde são apresentados dotação (compromissos de despesa) e despesa atual (montantes já executados) para o período 2014-2020, a coluna das Observações é completamente omissa relativamente a "tendências esperadas e níveis que se antecipam para todo o período", isto é, para os montantes ainda sem dotação, como as FAQs da Comissão recomendam.
De referir ainda que relativamente ao Fundo Ambiental (D.6), não é discriminada a distribuição do investimento realizado, o que ainda oculta mais a real insuficiência de investimento deste fundo na conservação da natureza.

D.1 Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

D.2 Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) / Fundo de Coesão (FC)

D.3 Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP)

D.4 Programa LIFE
Não se compreende porque é que o período dos dados se refere apenas aos anos de candidatura 2014-2017, quando já se conhecem os resultados de candidaturas realizadas até 2019, sendo que alguns desses projetos até já iniciaram.
Realçamos ainda que os projetos LIFE de conservação da natureza em que as principais ONGAs estão envolvidas, e como o seu cofinanciamento por parte do Estado Português poderia contribuir para mostrar o investimento nacional (público e privado) na conservação da natureza. Juntamos em anexo um documento que resume os contributos de 12 projetos LIFE para a conservação da natureza em Portugal, e como o co-financiamento do Estado poderia suportar os esforços destas organizações em atrair ainda mais investimento para a conservação da natureza.

D.5 Outros fundos da UE, incluindo o Interreg

D.6 Outros financiamentos (sobretudo nacionais) a favor da rede Natura2000, das infraestruturas verdes e da proteção das espécies em 2014-2020
Seria de detalhar aqui em que medida o Fundo Ambiental contribuiu para a conservação da natureza, através do financiamento de projetos de outras entidades.

E. Medidas prioritárias e necessidades de financiamento para o período 2021- 2027
E.1. Medidas horizontais e custos administrativos ligados à rede Natura2000

E.1.1. Designação do sítio e planeamento da gestão Estado atual e progressos realizados até à data na identificação, na designação e no planeamento da gestão do sítio (situação em: 31/12/2019)

"*Todas as ZEC e ZPE dispõem de medidas de gestão e proteção já identificadas e em vigor nos termos do Regime Jurídico que aplica as Diretivas em Portugal. Globalmente, as orientações de gestão estão definidas para os valores naturais desde 2008 no Plano Setorial da Rede Natura 2000*"

É muito importante salientar que o Plano Setorial da Rede Natura 2000 está profundamente desatualizado e que não devia constituir unicamente a base para a elaboração dos planos de gestão (nomeadamente a seleção de espécies para as quais são definidas medidas de gestão). Por exemplo, existem ZPE designadas em 2015 cujas espécies que sustentaram a designação da área não constam da lista de espécies do PSRN2000 (e.g. *Puffinus mauretanicus*)

"Rede Natura 2000 terrestre e costeira maioritariamente classificada, persistindo algumas insuficiências ou a necessidade de confirmação científica da representatividade e suficiência do atual elenco e limites das ZEC relativamente a algumas espécies e habitats naturais dos anexos I e II da Diretiva Habitats, em terra e no mar."

Existem 2 SIC por designar, o alargamento do Estuário do Sado e o novo SIC Costa de Setúbal; estas áreas devem ser referidas especificamente pois já estiveram em consulta pública em 2016 e os planos de gestão estiveram em consulta pública em 2019 (e não há qualquer referência às mesmas em todo o documento).

"Medida 1.1.1 visando a representatividade de Linaria algarviana - Poderá incluir a área da Lagoa dos Salgados já classificada como IBA (PT035) e nos vários estudos existentes com uma população significativa de Linaria algarviana.

"Medida 1.1.3 Elaboração de Planos de Gestão e avaliação intercalar de Planos de Gestão"

É necessário incluir também: "Efetuar a avaliação intercalar dos Planos de gestão das ZPE".

E.1.2. Administração do sítio e comunicação com as partes interessadas

"No espaço marítimo a gestão dos sítios é articulada com a autoridade nacional competente pelos assuntos do mar e das pescas."

Esta articulação tem de ser muito bem definida já que, tratando-se de áreas de Rede Natura 2000, a responsabilidade de gestão é sempre da autoridade nacional de conservação da natureza, de modo a preservar os valores naturais de classificação dessas áreas.

As ações de formação previstas em áreas da Rede Natura 2000 (Medida 1.2.1) devem ser articuladas com o Ministério do Mar, abrangendo assim as entidades sob a sua tutela cuja ação tem implicação nos valores naturais de áreas marinhas e costeiras (nomeadamente UCC-GNR, Polícia Marítima, inspetores de pesca).

Medida 1.2.3 Aquisição de terrenos e pequenas áreas, determinantes para a recuperação de área de distribuição de espécies e áreas de ocorrência de habitats naturais:
Não fica claro como foi realizado o cálculo do valor apresentado nem se foram equacionados os custos de recuperação dos valores naturais destas áreas, algumas com degradação devido a diversos fatores (Ex. Gestão de habitat no Paúl de Arzila (Paul do Taipal estará também considerado?)).

Medida 1.2.4 Estabelecimento de contratos de gestão com proprietários
Dada a diversidade de espécies que serão abrangidas por esta medida, seria útil que o custo da mesma estivesse desagregado por espécie. Por exemplo, a medida é genericamente positiva para promover o coelho-bravo, mas desconhecendo quanto está alocado a esta espécie, nem os pressupostos por trás do montante global, não é possível aferir se a medida é adequada ou não.

Medida 1.2.6 Aumentar a capacidade fiscalizadora operacional da autoridade nacional de conservação da natureza em recursos humanos
No ponto "*Reforço do planeamento e execução de ações regulares de fiscalização e prevenção da mortalidade de espécies protegidas da fauna (com destaque para espécies predadoras e necrófagas) resultante do furtivismo (e.g. laços, caixas-armadilha, tiro), do uso ilegal de venenos (Programa Antídoto Portugal), da perturbação e da degradação de habitats*" deve ser adicionado "resultante (...) e do uso inadequado de medidas anti-predação (redes) em explorações aquícolas".

E.1.3. Vigilância e comunicação de informações Estado atual e progressos realizados até à data na vigilância
Sendo a monitorização uma prioridade identificada, e transposta para o documento através da Medida 1.3.1 "*Conceber o programa nacional de monitorização do estado de conservação de espécies e habitats protegidos pelas diretivas Aves e Habitats*", parece-nos estranho não estar prevista a elaboração de planos de monitorização para as áreas protegidas (Planos de Gestão não são Planos de Monitorização). Esta constatação torna-se mais grave em meio marinho, e especialmente depois de verificado que apenas duas propostas de monitorização de espécies e habitats marinhos constam da Medida 1.3.2. - uma na Ria Formosa e outra no Litoral Norte.

Para garantir que a restante RNAMP não fica sem monitorização, sugerimos acrescentar "*Desenvolver, orçamentar e executar um plano de monitorização para cada AMP/ZPE/ZEC Marinhas*".

Estes censos deverão ser beneficiados por um apoio estratégico e regular de longo prazo que permita melhorar a sua robustez e fiabilidade, sem a atual dependência de financiamentos aleatórios.

Na Medida 1.3.2 propomos incluir as seguintes descrições:

- "Censo de Aves costeiras invernantes"

- “Monitorização das principais colónias de aves marinhas (Arquipélago das Berlengas, Arrábida e Ria Formosa)”
- “Monitorização de aves marinhas em campanhas oceanográficas e censos costeiros”.
- As duas espécies de cortiçol e o chasco-preto devem ser adicionadas, bem como para o tartaranhão-caçador deve ser equacionado o censo nacional.

E.1.4. Lacunas de conhecimento subsistentes e necessidades de investigação

Ao abrigo da Medida 1.4.1, e tendo em conta o segundo estudo nela identificado, sugerimos explicitar o seguinte:

- O estudo para avaliar a coerência e eficácia da rede natura 2000 a nível nacional deve incidir também sobre o meio marinho.
- O mesmo estudo deverá ainda identificar, mapear e priorizar áreas da Rede Natura 2000 onde deverão ser implementadas medidas de proteção total (ou estritamente protegidas).

Na sequência das propostas identificadas na Medida 1.4.2, sugerimos o seguinte:

- A “Avaliação do impacte da pesca lúdica nos bancos naturais dos ZEC/ZPE Ria Formosa” deverá abranger também “Costa Sudoeste e Berlenga, incluindo apanha de marisco”.
- Para “Elaborar estudo da intensidade, frequência de utilização, capacidade de carga... ”, deverão ser também incluídas as áreas de “ZEC Ria Formosa, ZEC Berlenga, ZEC Arrábida-Espichel”.
- Saudamos a intenção de “Avaliar a capacidade de carga da observação de cetáceos no Algarve” mas sugerimos acrescentar a esta medida “e implementar as recomendações deste estudo”.

Sugerimos ainda acrescentar três novas propostas à Medida 1.4.2:

- “Elaborar estudo da intensidade de uso por parte de embarcações da pesca de comprimento inferior a 12m que realizem as suas atividades nas ZEC/ZPE marinhas e zonas circundantes”.
- “Avaliar o impacto da pesca lúdica embarcada na megafauna marinha, nomeadamente nas capturas de tubarões e a sua taxa de sobrevivência depois de devolvidos ao mar”, no sentido de adequar a regulação da pesca lúdica nas zonas com elevadas taxas de captura de espécies protegidas. “
- Elaborar estudo sobre as interações entre aves marinhas e pesca comercial nas ZPE Cabo Raso, Cabo Espichel, Costa Sudoeste e Aveiro-Nazaré.
- Onde se lê: “Avaliar a capacidade de carga para infraestruturação agrícola na ZEC Serra de Montemuro, ZPE Vale do Côa e ZEC Douro Internacional” deve ser adicionada a ZPE Sudoeste e avaliar também para todas as ZPE da região alentejana a capacidade de carga para implantação de infraestruturas fotovoltaicas.

Na sequência das propostas para a Medida 1.4.3, sugerimos acrescentar:

- "Levantamento de informação sobre distribuição actual do coral-vermelho (*Corallium rubrum*) na costa sul e sudoeste Portuguesa e quais as atividades com maior impacto na espécie." A pesca ilegal tem levado à diminuição significativa desta espécie e é urgente proteger as zonas que subsistem, aplicando fortes medidas de vigilância e monitorização nas áreas identicadas.
- No que respeita à medida "Estudar e implementar meios de controlo da DHV (doença hemorrágica viral) e da mixomatose na ZPE Tejo Internacional e ZEC Malcata" porque não são consideradas outros sítios como a ZPE Douro Internacional?

Em relação à Medida 1.4.6, consideramos que faltam mais detalhes sobre esta medida, nomeadamente relativos à importância de definir quais os ecossistemas prioritários a caracterizar tanto para terra como para mar.

Em relação à Medida 1.4.8, consideramos fundamental detalhar esta medida, dada a sua extrema importância para a harmonização de usos no espaço marinho nacional, e também no sentido de que se perceba em concreto o orçamento alocado.

<u>E.1.5. Medidas de comunicação e de sensibilização inerentes à rede Natura2000: educação e acesso dos visitantes</u>

Em relação à Medida 1.5.2 sugerimos acrescentar a seguinte proposta:

- "Elaboração de manuais de boas práticas para a vida quotidiana, no sentido de a mesma diminuir os impactos dos cidadãos nos habitats naturais e em concreto na Rede Natura 2000".

Ainda nesta medida, e referente à sinalização de limites, é referido que "Com esta medida pretende-se promover a marcação de limites diretamente verificáveis, inquestionáveis e claros para cada um dos territórios classificados como Rede Natura 2000" prevendo-se que seja só aplicável em meio terrestre, dada às dificuldades deste tipo de sinalética em meio marinho. No entanto, será necessário que se contemple também o meio marinho de forma a que os utilizadores principais saibam quais as áreas incluídas na RN2000, seja por disponibilização de mapas com essa identificação ou de colocação de sinalética em pontos de acesso ao mar.

Em relação à Medida 1.5.5 sugerimos acrescentar 4 propostas:

- "Programas de divulgação de espécies e áreas protegidas para a população em geral"
- "Programas de formação sobre sustentabilidade e valores naturais, dirigida à comunidade piscatória "
- "Programas-piloto de detecção de hotspots de lixo marinho em parceria com pescadores e operadores marítimo-turísticos"
- "Em conjunção com a Polícia Marítima, Instituto de Socorros a Náufragos e bares/estruturas das praias, criação de um programa em literacia do Oceano com a

realização de acções de formação e capacitação sobre os valores naturais das praias que devem ser protegidos e não perturbados (vegetação dunar, espécies prioritárias, entre outros) e informação sobre o que fazer no caso de detecção de animais arrojados.“

- Incluir o Censo de Aves Comuns que é um projecto de ciência cidadã já referido no documento para a obtenção de indicadores.

E.1.6. Referências (para medidas horizontais e custos administrativos ligados à rede Natura 2000)

Para além dos Planos de Gestão das ZEC já mencionados, falta uma referÊncia aos Planos de Gestão de ZPE, referidos numa tabela em E.1.1, como estando em curso para 5 ZPE (Aveiro-Nazaré, Ilhas Berlengas, Cabo Raso, Cabo Espichel e Costa Sudoeste).

E.2 Medidas de conservação e restabelecimento relativas aos sítios, dentro e fora da rede Natura2000

E.2.1. Águas marinhas e costeiras

De forma a melhor integrar as prioridades de medidas de recuperação a médio prazo propomos a inclusão de uma nova medida que terá como intuito restaurar a biodiversidade e os ecossistemas degradados, em particular aqueles com maior potencial para capturar e armazenar carbono e prevenir e reduzir o impacto dos desastres naturais: “Elaboração de Plano Nacional de Restauro Ecológico”. Este Plano deverá incluir objetivos quantitativos em termos de localização, áreas e tipos de habitats a serem restaurados, deverá identificar ferramentas financeiras, requisitos para participação pública, prazos, etc. O restauro dos ecossistemas marinhos degradados irá contribuir para: melhorar a conectividade da Rede Natura 2000, alcançar as metas de 10% de área com proteção total, alcançar os objetivos da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha, a adaptação e mitigação das alterações climáticas, e para assegurar a proteção a longo prazo dos habitats restaurados.

Apesar de estar definida como medida de recuperação o ”Aumento da área, estrutura e composição dos habitats de Bancos de areia com vegetação vascular (*Cymodocea nodosa*, *Zostera marina* e *Zostera noltii*) [1110] e Recifes [1170], incluindo de povoamento de gorgónias e laminárias, designadamente através de: Instalação de amarrações amigas do ambiente; Ensaios piloto de condicionamento de arrasto de fundo; Plantação de plantas vasculares;”, esta última medida não se encontra contemplada no correspondente quadro de medidas prioritárias a aplicar, e deveria constar.

Em relação à Medida 2.1.4 (Prevenção, controlo e erradicação de espécies exóticas invasoras), consideramos que deve ser acrescentada a ZPE das ilhas Berlengas às Áreas elegíveis.

Na Medida 2.1.5 deve ser incluída a ação “Promover a implementação de medidas integradas que reduzam as fontes de alimentação de origem antropogénica para a biodiversidade, nomeadamente em aterros, portos de pesca e rejeições de pesca”, já que estas fontes são apontadas como as principais causas do desequilíbrio de várias populações, principalmente gaivotas-de-patas-amarelas, que depois originam não só

conflitos com a restante biodiversidade e habitats como também com as populações humanas.

Em relação à Medida 2.1.10, consideramos que este ensaio deve "contemplar as águas marinhas e costeiras que constituem zonas de alimentação e repouso de diversas aves marinhas que ocorrem na costa continental portuguesa, durante os períodos de migração e invernada".

Na Medida 2.1.11 o custo estimado (20.000 €, anualizado) é insuficiente para testar e executar medidas de mitigação para reduzir capturas acidentais para ambos os grupos, aves marinhas e cetáceos nos sítios da Rede Natura 2000 (ZEC/ZPE) indicados em Anexo. Este custo deve ser, pelo menos de 50.000 € (anualizado).

A Medida 2.1.11 deverá ser alargada a outros predadores de topo como tartarugas, tubarões e raias, tendo em conta que estas espécies são particularmente suscetíveis aos impactos antropogénicos e algumas estão inclusivé abrangidas por medidas internacionais de conservação (por ex., CITES). Sugerimos acrescentar também as seguintes medidas:

- "Realização de estudos sobre definição, promoção e aplicação do conceito de pescarias de baixo impacto."
- "Identificação e implementação de modelos de cogestão, aplicados ao meio marinho, em particular às pescas e áreas marinhas com estatuto de proteção."
- "Realização de estudos sobre o impacto dos POPs, (incluindo metais pesados), microplásticos e lixo marinho em fauna marinha portuguesa, nomeadamente abrangendo as zonas de descarga de efluentes de ETARs."
- "Realização de estudo do estado de conservação do Roaz (*Tursiops truncatus*) na ZPE do Sado e capacidade de carga das atividades marítimo turísticas."
- "Realização de estudo dedicado a Golfinho comum (*Delphinus delphis*) na ZPE do estuário do Tejo, sua distribuição e abundância com vista ao desenvolvimento de um estudo dedicado à capacidade de carga das atividades marítimo-turísticas dedicados à observação de cetáceos em crescimento nesta zona."

Na Medida 2.1.14 "Recuperar e manter os ninhos artificiais de cagarra e de roque-de-castro" o custo previsto (50.000 €/anualizado) parece-nos excessivo e deve ser revisto.

E.2.2. Charnecas e arbustos
E.2.3. Turfeiras, turfeiras baixas, pântanos e outras zonas húmidas
E.2.4. Prados
E.2.5. Outros ecossistemas agrícolas (incl. terrenos de cultivo)
E.2.6. Zonas arborizadas e florestas

A Medida 2.6.10 referente a "Investimentos florestais orientados para reconversão de eucaliptais, nomeadamente em povoamentos/ecossistemas florestais compatíveis com o desenvolvimento de urzais higrófilos e de Leuzea longifolia nas áreas nucleares e nas áreas de conetividade" encontra-se claramente suborçamentada, com um investimento de apenas 23€/ha para o período programático.

E.2.7. Habitats rochosos, dunas e terrenos de escassa vegetação

Na Medida 2.7.6 “Controlo de espécies vegetais invasoras em meios dunares, estuarinos e aerohalinos”, em que se prevê “(i) Controlo de M*esembryanthemum crystallinum* e manutenção do controlo de *Carpobrotus edulis*, a ser alargado a todos os ilhéus do SIC Berlengas (*Armeria berlengensis* + *Herniaria lusitanica* subsp. *Berlengiana*)”, a prioridade deve ser dada ao controlo e remoção total de *Carpobrotus edulis* na ilha da Berlenga, não sendo aconselhável alargar a remoção desta espécie aos restantes ilhéus do arquipélago, já que nesses locais a presença de chorão tem uma função fundamental para a proteção dos ninhos naturais de cagarra e roque-de-castro e a sua remoção não acrescenta valor de conservação às espécies endémicas referidas, *Armeria berlengensis* e *Herniaria berlengiana*.

E.2.8. Habitats de águas doces (rios e lagos)

E.2.9. Outros (grutas, etc.)

E.2.10. Referências para medidas de conservação e restabelecimento relativas aos sítios dentro e fora da rede Natura 2000

E.3. Medidas adicionais específicas por espécie não ligadas a ecossistemas ou habitats específicos

E.3.1. Medidas e programas específicos, por espécie, que não figuram noutra parte

Na secção E.3.1., no "Estado atual das espécies" não é feita uma síntese do estado atual das espécies relevantes não abrangidas noutra parte deste QAP, e que deverá incluir informação relativa à população total da espécie, ao estado de conservação, às tendências e valores de referência favoráveis (com base nos dados dos artigos 17.º e 12.º e nos objetivos de conservação ao nível nacional, regional ou dos sítios), e às principais pressões e ameaças às quais será necessário dar resposta.

Relativamente à Medida 3.1.4 *Medidas de conservação e gestão para espécies de mamíferos ameaçados: implementação de planos de ação*, consideramos que o montante anual proposto é insuficiente para abranger o lobo, o lince e as suas presas.

Sobre o lobo, notamos a quase completa ausência de implementação de medidas que não as preventivas do Plano de Ação para a Conservação do lobo. Esta lacuna é ainda mais preocupante por se esperar em breve a publicação dos resultados do Censo desta espécie e ser expectável que as populações estejam a chegar a zonas onde o conflito com as comunidades humanas é elevado.

Sobre o lince, salientamos que não está elencado o apoio ao Centro Nacional de Reprodução do Lince Ibérico.

Finalmente, é ainda de referir que não há qualquer referência ao urso, que se espera que no próximo ciclo programático se expanda para áreas protegidas nacionais (Montesinho e

Gerês) a partir de Espanha. Seria fundamental acautelar desde já o financiamento de medidas de prevenção e minimização de conflitos.

Em relação ao ponto 3.1.5, nomeadamente em relação à elaboração do Plano Nacional de Ação do Boto *Phocoena phocoena*, consideramos importante que o mesmo inclua a identificação de zonas de distribuição e alturas do ano críticas para a espécie, no sentido de minimizar capturas acessórias.

Sugerimos neste ponto acrescentar as seguintes medidas:

- "Elaboração de Planos de Gestão para a redução de lixo marinho em áreas sensíveis".
- "Elaborar um Plano nacional de gestão e conservação de Elasmobrânquios (Tubarões, Raias) e Quimeras)."
- "Reforçar a rede de arrojamentos nacional de mamíferos marinhos, alargado para outras espécies marinhas e que inclua planos de monitorizações regulares em zonas e alturas do ano críticas."
- "Criação de estruturas de apoio temporárias em zonas chave da costa portuguesa que permitam a recepção de animais selvagens, nomeadamente aves marinhas, antes de seguirem para o centro de reabilitação mais próximo."
- "Aplicar medidas efectivas (incluindo o aumento da fiscalização) para o combate à pesca ilegal".
- "Elaborar um Plano Nacional para a redução das capturas acidentais de aves marinhas".

Na secção E.3.1 deverá expressamente identificar-se como prioritária a aplicação de todos os planos de ação/conservação (de espécies) existentes (ou que venham a ser aprovados no período 2021-2027), bem como a total implementação das medidas previstas nos mesmos, nomeadamente e como por exemplo o Plano de Ação para Conservação das Aves Necrófagas.

A quantificação de resultados da medida 3.1.3 é claramente insuficiente, revelando-se omissa para algumas das metas e subvalorizada para outras. A falta de indicações referentes à forma de cálculo das estimativas apresentadas impossibilita aferir os valores apresentados de uma forma geral, isso é evidente nesta medida 3.1.3 onde as actividades elencadas (apesar de falta dos indicadores para algumas) devem estar bastante suborçamentadas tendo em contas os custo elevados de algumas delas (por ex a correcção de linhas eléctricas). Deverá ser tido em conta que para algumas destas espécies as medidas devem ser implementadas dentro e fora de sítios de Rede Natura bem como a monitorização e vigilância dessas espécies em toda a sua área de ocorrência.

<u>E.3.2. Prevenção, atenuação ou compensação pelos danos causados por espécies protegidas</u>

Na secção E.3.2., no "Estado atual no tocante à prevenção, atenuação e compensação por danos" [causados por espécies protegidas], não é descrito para as espécies objeto dessas

medidas as principais pressões e ameaças às quais será necessário dar resposta, as principais medidas adotadas e os seus custos anuais, a eficácia das medidas aplicadas até à data no que respeita à prevenção, atenuação ou compensação por danos, e o impacto das medidas sobre o estado de conservação conferido à espécie/grupo de espécies.
Adicionalmente, consideramos que o montante indicado poderá ser insuficiente, face ao expectável crescimento populacional tanto do lobo como do lince ibérico em território nacional. Particularmente, espera-se que as populações de lobo aumentem os seus efetivos no Gerês e na Serra de Arga, assim como nas regiões de Arouca e São Pedro do Sul.

E.3.3. Referências para medidas adicionais específicas por espécie não ligadas a ecossistemas ou habitats específicos

F. Outros valores acrescentados das medidas consideradas prioritárias

Não foi enumerada qualquer vantagem adicional (que não figure já noutra parte) que possa ser obtida através de uma execução integral das medidas consideradas prioritárias identificadas neste QAP, algo que não consideramos razoável. Para além de vários impactos socioeconómicos, como a promoção do turismo sustentável e de emprego, muitas das medidas propostas no presente documento contribuirão para serviços de ecossistema, investigação, educação, conhecimento e promoção da cooperação.

A Coligação C6: ANP|WWF; FAPAS; GEOTA; LPN; Quercus; e SPEA.

Coligação C6

Resumo executivo e financeiro de 12 projetos LIFE liderados por ONGA

Conteúdo

LIFE Habitat Lince Abutre | 2010 – 2014 3
LIFE Fura-bardos | 2013 – 2017..... 5
LIFE Charcos | 2014 – 2018..... 7
LIFE Terras do Priolo | 2013 – 2019 9
LIFE Berlengas | 2014 – 2019 11
LIFE Saramugo | 2014 – 2019..... 12
LIFE Imperial | 2014 -2020..... 15
LIFE Rupis | 2015 – 2020..... 17
LIFE LINES | 2015 - 2021 19
LIFE EUROLARGECARNIVORES | 2017 - 2022 21
LIFE Volunteer Escapes | 2018 – 2020 23
LIFE LiveAdapt | 2018 – 2022 25
Resumo financeiro de 12 projetos LIFE desenvolvidos por ONGA entre 2010 e 2020..... 27

LIFE Habitat Lince Abutre | 2010 – 2014

Promoção do Habitat do lince-ibérico e do abutre-preto no Sudeste de Portugal

1. **Parceiros do projeto**

   Beneficiário Coordenador: **Liga para a Protecção da Natureza** (LPN)
   Beneficiários Associados:
   Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
   Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
   Centro de Estudos de Avifauna Ibérica (CEAI)
   Associação Nacional de Proprietários Rurais Gestão Cinegética e Biodiversidade (ANPC)
   Associação dos Jovens Agricultores de Moura (AJAM)
   Centro de Investigação e Intervenção Social | Instituto Universitário de Lisboa (CIS/IUL)
   Co-financiadores:
   Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
   Fauna & Flora International (FFI)

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação

   - Primeiro estudo de avaliação do estado sanitário da fauna doméstica e silvestre que partilha patologias e habitat potencial com o lince-ibérico
   - Plano de Ação regional para a conservação do abutre-preto e Plano de mitigação do uso de veneno para as regiões de Mourão/Moura/Barrancos
   - Assinatura de 28 protocolos de colaboração com proprietários, agricultores e gestores de caça: intervenção em mais de 18 000ha com medidas de conservação e gestão da paisagem mediterrânica
   - Estabelecimento de corredores ecológicos nas serras de Adiça e Ficalho aumentando a conectividade e habitat disponível para o lince-ibérico nesta região: criação de 56ha de corredores ecológicos em olivais
   - Promoção das populações de coelho-bravo: construção/melhoria de 4 cercados para coelho-bravo; criação de mais de 25ha de pastagens para o coelho-bravo; e colocação de 10 cercas elétricas para a proteção de pastagens para esta espécie
   - Primeira rede de campos de alimentação para aves necrófagas do sul do país: criação de uma rede de 10 campos de alimentação, onde durante o projeto se disponibilizaram mais de 30 toneladas de alimento em mais de 300 fornecimentos
   - Colocação de 30 ninhos artificiais para abutre-preto
   - Restabelecimento de um núcleo reprodutor de abutre-preto no sudeste do Alentejo, onde atualmente nidificam cerca de 10 casais desta espécie

Educação Ambiental e Sensibilização

- Cerca 50 proprietários, gestores de caça, criadores de gado e olivicultores colaboraram diretamente com o projeto
- 4 Workshops temáticos (sobre a construção de ninhos artificiais, campos de alimentação, gestão sustentável de olivais e gestão sustentável da paisagem mediterrânica)
- Participação em dezenas de feiras regionais e nacionais
- Cerca de duas dezenas de sessões de esclarecimento com a participação de mais de 500 residentes e agentes locais
- Cerca de 180 atividades de educação ambiental, envolvendo mais de 3000 estudantes e 170 professores e funcionários de 40 escolas
- Participação de cerca de 70 voluntários nas ações de conservação e monitorização desenvolvidas

Economia local

- 8 Empregos a tempo inteiro diretos (para além de 10 a tempo parcial) durante quase 5 anos
- Aquisição de bens e serviços a muitas empresas locais.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 2 250 552 €
   Investimento do programa LIFE: 1 687 914 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 120 682 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 441.956 €

4. **Receita direta do Estado**
   IRS: 122 303,04 €
   IVA: 186 197,16 €
   Segurança Social: 264 989,92 €
   Total da receita do Estado: 573 490,12 € (25,48% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
   Na prática o Estado obteve um rendimento liquido de 452 808,12 € num projeto de 2,2M de euros, que recuperou as populações de duas espécies ameaçadas e promoveu a economia regional.

6. **Mais informação:** http://habitatlinceabutre.lpn.pt/

LIFE Fura-bardos | 2013 – 2017

Conservação do fura-bardos e habitat de Laurissilva, na ilha da Madeira

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: **Sociedade Portuguesa para o Estudo da Aves** (SPEA)
   Beneficiários Associados:
   Governo Regional da Madeira, através do Instituto das Florestas e da Conservação da Natureza
   Sociedad Española de Ornitologia (Canárias)

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação

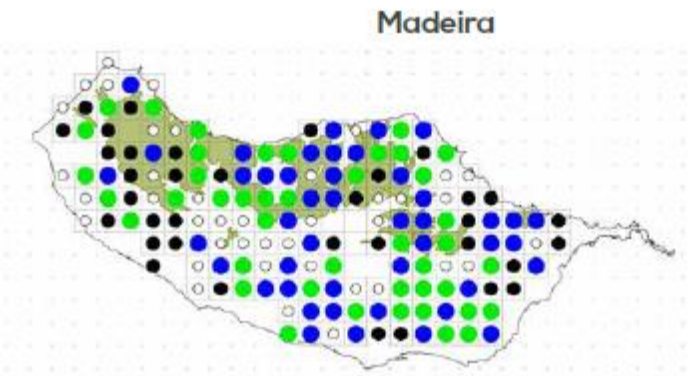
   - Conhecimento da biologia e da população do fura-bardos na ilha da Madeira
   - Monitorização de 98 ninhos de fura-bardos, 42 deles ativos
   - Controle de 12 espécies invasoras numa área de 46ha de floresta Laurissilva da Madeira
   - Limpeza de 36ha de floresta Laurissilva ardida
   - Foram recolhidos 366 kg de sementes de plantas nativas da Laurissilva, e produzidas em viveiro 60 mil plantas
   - Foram plantadas 50 mil plantas de 12 espécies nativas da Laurissilva da Madeira em mais de 80ha do Parque Natural

   Educação Ambiental e Sensibilização

   - Realizadas 270 ações para a comunidade escolar, envolvendo mais de 10 mil participantes.
   - 82 Publicações nos media regionais e nacionais

   Economia local

- Criação de 6 postos de trabalho locais
- Envolvimento de 26 voluntários
- Promoção da região e da excelência do PN da Madeira



3. **Investimento financeiro**

Investimento total em Portugal: 1 275 911,71 €
Investimento do programa LIFE: 956 933,59 €
Investimento do Estado e entidades públicas: 318 000 €
Investimento das ONGAs, e entidades privadas: 978 €

4. **Receita direta do Estado**

IRS: 80 938,93 €
IVA: 111 864,24 €
Segurança Social: 175 367,68 €
Total da receita do Estado: 1 064 594,63 € (30,81% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**

Na prática o Estado obteve um rendimento liquido de 51 170 € num projeto de quase 1,3M de euros, que recuperou o habitat da floresta nativa, protegeu uma espécie ameaçada e promoveu a imagem e a economia regional.

Mais informação: http://life-furabardos.spea.pt/pt/

LIFE Charcos | 2014 – 2018

Conservação de charcos temporários no Sudoeste de Portugal

1. Parceiros do projeto

Beneficiário Coordenador: **Liga para a Protecção da Natureza** (LPN)
Beneficiários Associados:

CMO - Câmara Municipal de Odemira
UÉvora - Universidade de Évora
UAlg - Universidade do Algarve
CCMAR - Centro de Ciência do Mar
ABM - Associação de Beneficiários do Mira

2. Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local

- Criação de um sistema de informação geográfico atualizado deste habitat, com a identificação de 133 charcos temporários no SIC da Costa Sudoeste (apenas 17% com estado de conservação favorável);
- Compilação numa base de dados da informação biológica disponível, que inclui informação para 248 plantas e 38 espécies animais;
- Estudo do funcionamento hidrogeológico destes habitats;
- Demonstração de técnicas de gestão e restauro que melhorem o estado de conservação deste habitat com a intervenção realizada em 27 charcos temporários (20%);
- Constituição de um Banco de Germoplasma na Universidade de Évora;
- Promoção de conectividade entre estes habitats, com a implementação de 28 zonas de abrigo para a fauna, construção de zonas húmidas entre charcos temporários.

Educação Ambiental e Sensibilização

- Disseminação do conhecimento sobre a ecologia e função dos charcos temporários mediterrânicos, incluindo a recuperação de um charco para fins didáticos e visitação com a instalação de uma infraestrutura de visitação;
- Realização de atividades de educação ambiental com 1600 alunos e 350 professores;

- Aumento da capacitação de autoridades governamentais com ações de formação para militares da GNR e Vigilantes da Natureza do ICNF;
- Realização de atividades de sensibilização para o público com mais de 4000 pessoas para aumentar a sensibilização pública sobre a importância dos Charcos Temporários.

Instalações do Charco Didático no Concelho de Odemira.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 1.965.785 €
   Investimento do programa LIFE (75%): 1.474.339 €
   Investimento de entidades públicas: 332.053 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 217.156 €

4. **Receita direta do Estado Português**
   IRS: 142 289,74 €
   IVA: 83 585,49 €
   Segurança Social: 130 957,65 €
   Total da receita do Estado: 409 190,16 € (25,48% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado Português:**
   Na prática o Estado obteve um rendimento liquido de 77 137 € num projeto de quase 2M de euros, que recuperou o habitat fortemente ameaçado da costa Sudoeste, adquiriu equipamentos e capacidade para entidades públicas, e promoveu a imagem do território.

6. **Mais informação:** https://lifecharcos.lpn.pt/

LIFE Terras do Priolo | 2013 – 2019

Gestão do sítios da Rede Natura 2000 ZPE Pico da Vara/Ribeira do Guilherme e SIC Serra da Tronqueira/Planalto dos Graminhais

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: **Sociedade Portuguesa para o Estudo da Aves** (SPEA)
   Beneficiários Associados:
   Governo Regional do Açores, através da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação
   - Plano de Gestão do Parque Natural de Ilha de São Miguel
   - Produção de plantas nativas, obtidos até ao momento 896 kg de sementes limpas, e produzidas 296 000 plantas de 28 espécies diferentes
   - Restaurados 70 hectares de habitat de cumeada
   - Restaurados 24 hectares de floresta nativa, que estav com povoamentos puros de espécies invasoras
   - Foram plantadas 277 000 plantas nativas e endémicas dos Açores
   - Recuperados 4 hectares de linha de água num troço de 500m
   - Controlo de roedores nas áreas de nidificação do priolo e áreas e acessos alvo de intervenção
   - Construção e instalação de 2 contentores de lixo anti-roedores.

   Educação Ambiental e Sensibilização
   - Realizadas 279 atividades, com 15761 participantes.
   - Realizadas 457 atividades escolares com 14394 alunos envolvidos.
   - Exposição itinerante para escolas sobre o Priolo e a sua fuga à extinção
   - O Centro Ambiental do Priolo recebeu e orientoumais de 15.000 visitantes na ZPE

   Economia local

- Caracterização de visitantes e estudo de acessibilidade universal na ZPE e nas Terras do Priolo
- Carta de Desporto de Natureza para toda a ilha de São Miguel
- Proposta de Gestão do Uso Público da ZPE, que não estava prevista no projeto;
- Renovação e atualização dos conteúdos expositivos do Centro Ambiental do Priolo
- Renovado o galardão da Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas em 2017 com um novo plano de Ação (2017-2021) e adesão da Câmara Municipal da Povoação em 2018.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 3 465 763,85 €
   Investimento do programa LIFE: 2 522 445 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 802 830 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 150 466 €

4. **Receita direta do Estado**
   IRS: 248 032,71 €
   IVA: 171 676,86 €
   Segurança Social: 644 885,05€
   Total da receita do Estado: 1 064 594,63 € (30,81% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
   Na prática o Estado obteve um rendimento liquido de 261 764 € num projeto de quase 3,5M de euros que recuperou o habitat da floresta nativa, promoveu a visitação, a imagem e a economia local.

6. **Mais informação:** http://life-terrasdopriolo.spea.pt/pt/

LIFE Berlengas | 2014 – 2019

Conservação dos habitats ameaçados da ZPE das Berlengas através da gestão sustentável

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: **Sociedade Portuguesa para o Estudo da Aves** (SPEA)
   Beneficiários Associados:
   Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
   Município de Peniche (CMP)
   Faculdade de Ciências Sociais e Humanas | Universidade Nova de Lisboa (FCSH)
   Observador: Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar | Instituto Politécnico de Leiria (ESTM)

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação
   - 35 000 m^2 de chorão (espécie invasora) removido na ilha da Berlenga (90% área existente em 2014)
   - Remoção de 2 espécies de mamíferos não-nativos da ilha da Berlenga: rato-preto e coelho
   - Implementação de um plano de biossegurança
   - Construção de 100 ninhos artificiais para cagarra e 62 para roque-de-castro (com taxas de ocupação de 36% e 27% respetivamente)
   - Registo da 1ª nidificação de roque-de-castro na Berlenga em 2018/2019, alargando assim a sua área de nidificação à principal ilha do arquipélago

   Educação Ambiental e Sensibilização
   - Código de Boas Práticas de visitação
   - 25 sessões nas escolas de Peniche
   - 650 alunos envolvidos nas ações (pré-escolar ao secundário)
   - 80 alunos visitaram a ilha
   - 3 documentários sobre as Berlengas
   - 2500 participantes em cursos de formação e workshops
   - 60 professores em ações de formação dirigidas
   - 340 voluntários envolvidos no trabalho de campo

Economia local

- Desenvolvimento de um Barómetro de Visitação da ilha da Berlenga
- Construção de Centro de Visitantes na ilha da Berlenga
- Melhoramento dos trilhos e instalação de sinalética
- Desenvolvimento de uma Aplicação mobile sobre as Berlengas
- Instalação de exposição no Posto de Turismo de Peniche
- 12 empregos a tempo inteiro diretos, durante 4 anos
- Aquisição de bens e serviços a muitas empresas locais

T3. *Estimativa do número de visitantes por ano na ilha da Berlenga*

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 1 417 805 €
   Investimento do programa LIFE: 687 714 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 591 038 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 139 053 €

4. **Receita direta do Estado**
   IRS: 100 158,24 €
   IVA: 108 466,46 €
   Segurança Social: 217 009,52 €
   Total da receita do Estado: 425 634,22 € (30,02% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
   Na prática o Estado investiu apenas 165 403,78 € num projeto de quase 1,5M de euros que recuperou o habitat de uma reserva natural, melhorou a visitação, a imagem e a economia local.

6. **Mais informação:** http://berlengas.eu/

1. **Parceiros do projeto**

Beneficiário Coordenador: **Liga para a Protecção da Natureza** (LPN)

Beneficiários Associados:

- ICNF - **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas**, I.P.
- UÉvora - Universidade de Évora
- AQUALOGUS - Engenharia e Ambiente, Lda.

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

Conservação

- Atualização do conhecimento sobre a população e a distribuição do saramugo na bacia nacional do Guadiana;
- Mitigar ameaças à conservação do saramugo, já identificadas no Plano de Ação do Saramugo, elaborado pelo ICNF para o período 2012-2016;
- A demonstração de técnicas de reabilitação e restauro fluvial que melhorem o estado de conservação do habitat em 5 troços ribeirinhos;
- A eliminação de focos de poluição pontuais da água pela presença de grandes ungulados (domésticos e/ou selvagens);
- A demonstração de medidas para controlo de espécies piscícolas exóticas através;
- Disseminação de procedimentos e boas práticas para a salvaguardada dos sistemas aquáticos, através de sessões informativas e manuais de boas práticas.

Educação Ambiental e Sensibilização

- Realização de atividades de educação ambiental com cerca de 2500 alunos de 147 turmas de 34 escolas nos 7 concelhos abrangidos pelo projeto;
- Realização de diversas atividades de sensibilização para o público no geral, que incluíram passeios pedestres, ações de voluntariado e outras iniciativas;
- Disponibilização de duas áreas de lazer, acessíveis ao público em geral, em zonas ribeirinhas como forma de valorizar e enriquecer estes territórios como espaços sociais;
- Estabelecimento de uma Rede de Custódia para a conservação do Saramugo com vista ao envolvimento dos cidadãos de forma ativa na conservação da espécie e do seu habitat.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 1397 567 €
   Investimento do programa LIFE (50%): 698 783 €
   Investimento de entidades públicas: 343 344 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 323 364 €

4. **Receita direta do Estado**
   IRS: 109 904 €
   IVA: 89 594 €
   Segurança Social: 238 127 €
   Total da receita do Estado: 437 627 € (31.31% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
   Na prática o Estado obteve um resultado líquido de 94 283 € num projeto de quase 1,4M de euros que recuperou a população e o habitat ribeirinho de uma espécie muito ameaçada, sensibilizou e envolveu as populações.

6. **Mais informação:** https://lifesaramugo.lpn.pt/pt

LIFE Imperial | 2014 -2020

Conservação da águia-imperial-ibérica (*Aquila adalberti*) em Portugal

1. **Parceiros do projeto**

   Beneficiário Coordenador: **Liga para a Protecção da Natureza** (LPN)
   Beneficiários Associados:
   ICNF - **Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas**
   GNR - **Guarda Nacional Republicana**
   CMCV - **Câmara Municipal de Castro Verde**
   FCUL- Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
   EDP-D - EDP Distribuição – Energia S.A.
   SEO - Sociedade Española de Ornitologia (SEO/Birdlife)
   TRAGSATEC S.A.

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   - Aumento do conhecimento científico sobre a águia-imperial em Portugal;
   - Aumento da população nidificante de 13 (2014) para 17 casais (2019), o que representa um aumento de 30% em 6 anos;
   - Criação das primeiras equipas cinotécnicas da GNR para a deteção de veneno ilegal no campo (constituição de 7 binómios em Beja, Évora, Castelo Branco e Lisboa);
   - Melhoria das condições de nidificação disponibilizando locais adicionais e mais seguros para a espécie;
   - Melhoria da qualidade de habitat através da implementação das boas práticas de gestão agrícola e cinegética (intervenção em 10 mil hectares com a instalação de 15 unidades de fixação de coelho);
   - Implementação de novas metodologias mais eficazes na minimização do risco de eletrocussão nos territórios de nidificação (correções em apoios em 27 km de linhas elétricas, que reduzem significativamente o risco de incêndio).

Educação Ambiental e Sensibilização

- Ações de sensibilização e comunicação que envolveram mais de 2800 alunos, 159 turmas de 27 escolas do interior do país;
- O desenvolvimento do Plano de Ação Nacional para a Conservação da Águia-imperial.

Economia local

- Investimento em equipamento diverso para entidades públicas como a GNR, que neste projeto se destaca a aquisição de 4 viaturas todo-o-terreno com transporte para os binómios cinotécnicos.
- O LIFE Imperial provocou impacte socioeconómico significativo na área de intervenção do projeto (de contexto socioeconómico fragilizado), nomeadamente nos concelhos Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Barrancos, Moura, Beja, Mértola, Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde e Ourique.
- Estima-se que cerca 25% a empresas que forneceram serviços se localizam na área de intervenção do projeto representando 48% do valor das despesas realizadas.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 1914 188 €
   Investimento do programa LIFE (75%): 1435 641 €
   Investimento de entidades públicas: 246 769 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 824 175 €

4. **Receita direta do Estado Português**
   IRS: 123 201 €
   IVA: 165 076 €
   Segurança Social: 266 936 €
   Total da receita do Estado: 555 214 € (29,01% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado Português:**
   Na prática o Estado obteve um rendimento líquido de 308 445 € num projeto de quase 2M de euros que recuperou o habitat de uma espécie prioritária, capacitou e equipou 0s organismos responsáveis pela conservação da natureza, e envolveu a população.

6. **Mais informação:** https://lifeimperial.lpn.pt/pt

7. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: **Sociedade Portuguesa para o Estudo da Aves** (SPEA)
   Beneficiários Associados:
   Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
   Guarda Nacional Republicana (GNR)
   Palombar
   AT Natureza
   EDP - Distribuição

8. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação

   - Redução das ameaças para o britango e águia-perdigueira no PN do Douro Internacional: correção de 165 apoios perigosos; criação de brigada cinotécnica da GNR para prevenção e deteção de veneno; vigilância das áreas mais sensíveis de reprodução.
   - Aquisição de 200ha terrenos destinados unicamente à conservação, e cerca de 1800ha de território com acordos de gestão para aumento de presas e redução de risco de incêndio através de desmatação, sementeiras e instalação de pontos de água.
   - 6 Campos de alimentação geridos para o britango (3 reativados, 3 novos).
   - Recuperação e gestão de 38 pombais, recuperando um elemento distintivo da paisagem e cultura local, contribuindo para o aumento de presas para a águia-perdigueira.
   - Otimização da colaboração transfronteiriça entre os dois parques naturais, essencial numa região como o Douro Internacional.

Educação Ambiental e Sensibilização

- mais de 2000 alunos (e mais de 200 professores) envolvidos em atividades em Portugal
- mais de 6000 pessoas em atividades para o público em geral na região, num total de mais de 8000 em Portugal
- Capacitação e formação: para professores (incluindo 3 formações certificadas, 2 curtas e 1 de longa duração, com cerca de 50 professores).

Economia local

- 13 Empregos locais
- Gastos diretos ao nível local, em Portugal, 671 343,41 €
- Criação e dinamização da Rede de Amigos do Britango juntando proprietários e produtores locais.
- Apresentação Oficial do Projeto (2016), Festival ObservArribas (2017, 2018 e 2019), Workshop Internacional Life Rupis (2019) – trouxeram mais de 6000 pessoas à região.
- Promoção da região, com mais de 120 referências na comunicação social (regional, nacional e internacional).

9. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 2 672 481 €
   Investimento do programa LIFE: 2 004 360 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 195 256 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 578 760 €

10. **Receita direta do Estado**
    IRS: 138 234 €
    IVA: 245 618 €
    Segurança Social: 299 507 €
    Total da receita do Estado: 683 359 € (25,57% do investimento total em Portugal)

11. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
    Na prática o Estado obteve um rendimento líquido 488 103 euros de num projeto de quase 2,7M de euros que recuperou o habitat de duas espécies de aves prioritárias, que equipou as forças de segurança, envolveu a população, e promoveu a visitação, a imagem e a economia local.

12. **Mais informação:** http://www.rupis.pt/pt/

LIFE LINES | 2015 - 2021

Linear Infrastructures Networks with Ecological Solutions

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: Universidade de Évora
   Beneficiários Associados:
   Quercus A.N.C.N. - Associação Nacional de Conservação da Natureza
   Infraestruturas de Portugal SA
   Câmara Municipal de Évora
   Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
   A Marca - Associação de Desenvolvimento Local
   Universidade de Aveiro
   Universidade do Porto

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

Conservação

- Mitigação da redução de conetividade e permeabilidade da paisagem por estradas nacionais e itinerários principais;
- Potenciação de bermas e parcelas marginais de infraestruturas rodoviárias como zonas de abrigo, refúgio, alimentação e/ou deslocação para a fauna;
- Desenvolvimento e instalação de sinalização rodoviária vertical;
- Aplicação Móvel para recolha de dados de mortalidade;
- Ensaio de dispositivos para dissuasão de poiso de avifauna em linhas de média tensão;
- Desenvolvimento, ensaio e aplicação de misturas biodiversas para sementeiras de promoção da biodiversidade na envolvente de infraestruturas lineares;
- Medidas de mitigação e potenciação em vias do concelho de Évora;
- Medidas de mitigação e potenciação em vias do concelho de Montemor-o-Novo;
- Promoção de "ilhas" de biodiversidade sob traçados de linhas de alta tensão;

Educação Ambiental e Sensibilização

- Sensibilização e Envolvimento da comunidade académica na recolha de informação/dados
- Formação/Disseminação junto de stakeholders
- Programa de Voluntariado Jovem e Institucional com mais de 600 voluntários
- Seminários técnicos de apresentação de desenvolvimentos e resultados do projeto
- "Adota uma estrada", Programa de Educação/sensibilização ambiental com escolas do território

Economia local

- Criação de 11 novos empregos no Alentejo central
- Dinamização da economia local com a aquisição de bens e serviços em empresas locais

3. **Investimento financeiro**

   Investimento total em Portugal: 5 540 485 €
   Investimento do programa LIFE: 3 324 303 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 2 097 067 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 119 277 €

4. **Receita direta do Estado**

   IRS: 391 158 €
   IVA: 596 972 €
   Segurança Social: 463 765 €
   Total da receita do Estado: 1 451 895 € (26,21% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**

   Na prática o Estado investiu apenas 640 000 € num projeto de quase 5,5M de euros que vai beneficiar essencialmente entidades públicas e minimizar impactos na biodiversidade resultantes de infraestruturas públicas.

Mais informação: https://lifelines.uevora.pt/

LIFE EUROLARGECARNIVORES | 2017 - 2022

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: WWF - Alemanha
   Beneficiários Associados:
   Associação Natureza Portugal (ANP|WWF)

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação
   - Criação de banco de dados sobre abordagens e projetos existentes que abrangem todo o território da UE
   - Mapa das partes interessadas da UE ao nível populacional com foco em áreas-chave visadas pelo projeto
   - Rede de autoridades locais e nacionais, incluindo autoridades responsáveis pela conservação e gestão da população de grandes carnívoros
   - Intercâmbio da UE sobre grandes carnívoros para peritos, partes interessadas e o público em geral.

   Educação Ambiental e Sensibilização
   - Planos de transfronteiriços de envolvimento de partes interessadas.
   - Materiais para formação para as sessões de treino para melhorar ferramentas de comunicação e para motivar e envolver stakeholders.
   - Conjuntos de relações de Media em grandes carnívoros disponíveis em todos os idiomas dos parceiros do projeto.
   - Campanha “Momentos Mágicos” implementada, mostrando relações entre humanos e grandes carnívoros, incluindo histórias pessoais.

- Campanhas de promoção e informação, para promoção de boas práticas, comunicação entre stakeholders.
- No total, pelo menos 40 workshops e conferências realizadas a nível local, nacional, transnacional e a nível da UE atraindo mais de 3.000 participantes.

Economia local

- Promoção do território e turismo de natureza.

3. Investimento financeiro

Investimento total em Portugal: 267 351 €
Investimento do programa LIFE: 144 102 €
Investimento do Estado e entidades públicas: 0 €
Investimento das ONGAs e entidades privadas: 123 249 €

4. Receita direta do Estado

IRS: 21 681 €
IVA: 14 673 €
Segurança Social: 47 397 €
Total da receita do Estado: 83 752 € (31,33% do investimento total em Portugal)

5. Resultado financeiro direto para o Estado:

Na prática o Estado não fez qualquer investimento e beneficia financeiramente de num projeto de quase 167 mil de euros que vai envolver as partes interessadas na conservação do lobo e na promoção do território.

6. Mais informação: https://www.eurolargecarnivores.eu/pt/

LIFE Volunteer Escapes | 2018 – 2020

Programas de voluntariado de longa duração para trabalhos de proteção ambiental e conservação da natureza na Rede Natura 2000

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador: Montis – Associação de Conservação da Natureza
   Beneficiários Associados:
   Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.
   MARCA – Associação de Desenvolvimento Local
   Município de Torres Vedras
   PLAYSOLUTIONS - Audiovisuais Unipessoal, Lda.
   Plantar uma arvore - Associação
   Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)
   Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)
   ROTA VICENTINA - Associação para a Promoção do Turismo de Natureza na Costa Alentejana e Vicentina

2. **Principais resultados de conservação, de educação ambiental e de dinamização da economia local**

   Conservação
   - 86 Voluntários de longa duração envolvidos;
   - Monitorização da qualidade da água do mar, rios e ribeiras;
   - Manutenção de viveiros florestais de espécies nativas, em Montemor-o-novo e Nordeste (São Miguel);
   - Remoção de espécies vegetais exóticas na RN da Berlenga, SIC de Monfurado, SIC de Cabrela, Parque Natural do Alvão, e na ZPE do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme;
   - Repovoamentos florestais com espécies nativas no SIC de Monfurado, SIC de Cabrela, Serra do Alvão, e na ZPE do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme;
   - Gestão do habitat e dos espaços de visitação do RN das Berlengas, ZPE da Lagoa Pequena, e PN da Ria Formosa;
   - Ação de edução junto das escolas e em eventos com as populações locais.

Educação Ambiental e Sensibilização

- 86 Instituições envolvidas nas atividades do projeto em todas as áreas;
- 6200 pessoas envolvidas nas atividades do projeto em todas as áreas;
- Seminário sobre voluntariado de conservação da natureza.

3. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 1909 329 €
   Investimento do programa LIFE: 1256 925 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 56 299 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 596 105 €

4. **Receita direta do Estado**
   IRS: 27 924 €
   IVA: 14 801 €
   Segurança Social: 26 807 €
   Total da receita do Estado: 69 532 € (19,51% do investimento total em Portugal)

5. **Resultado financeiro direto para o Estado:**
   Na prática o Estado obteve um rendimento líquido 69 532 euros de num projeto de quase 1,9M de euros que envolve dezenas de voluntários em atividades de restauro e gestão dos habitats em vários sítios da Rede Natura 2000.

6. **Mais informação:** https://lifevolunteerescapes.org/

LIFE LiveAdapt | 2018 – 2022

Adaptação à mudança climática de modelos de produção pecuária extensiva na Europa

1. **Parceiros do projeto**
   Beneficiário Coordenador:
   Universidade de Córdoba (Espanha)
   Beneficiários Associados:
   QUERCUS - Associação Nacional de Conservação do Natureza (Portugal)
   Associação de Defesa do Património de Mértola (Portugal)

2. **Resultados esperados (resultados e metas atingidas):**

   • Sistema para a recolha eficiente, gestão e uso da água no terreno;
   • Sistema para a redução da evaporação nas charcas;
   • Sistema para a gestão eficiente das explorações pecuárias em regime extensivo (EPE) baseado nas tecnologias da informação e comunicação;
   • Guia com práticas inovadoras no melhoramento das pastagens e da saúde dos animais;
   • Mais de 30 Boas Práticas identificadas, adaptadas, validadas e transferidas para stakeholders locais em Espanha, França e Portugal;
   • Guia para implementação de modelos de negócio inovadores e adaptados às EPE;
   • Campanha de Marketing para produtos de origem em regimes extensivos;
   • Plataforma para a promoção da adaptação das EPE às Alterações Climáticas;

3. **Resultados operacionais e de comunicação do projeto:**
   • Mais de 75.000 litros de água recolhidos e utilizados por ano no teste-piloto;
   • 70% de Redução da evaporação da água das charcas;
   • 10% de Redução dos custos no teste-piloto das EPE;
   • 10% de Redução nas emissões de CO2 nas propriedades-piloto;

• Melhoria da qualidade das pastagens em 10 explorações “extensivas”;
• Melhoramento da gestão da água e dos resíduos, redução do consumo e energia, redução da emissão de GEE, melhoramento da biodiversidade, redução de custos, melhoramento das pastagens e do solo e melhoramento da capacidade de captação de CO2 depois do projeto, em mais de 50 explorações;
• Mais de 100 stakeholders informados e treinados no delineamento dos modelos de negócio inovadores para as suas explorações durante o projeto;
• Mais de 75 000 consumidores informados do valor acrescentado e benefícios dos “produtos extensivos” das EPE durante o projeto;
• 1 MOOC para a adaptação das explorações pecuárias em regime extensivo às Alterações Climáticas;
• Mais de 10 000 visitas na plataforma durante o projeto;
• Mais de 10 000 stakeholders e atores-chave envolvidos nos processos de participação;
• Mais de 50 autoridades a receber e a manifestar o seu interesse na implementação das ações incluídas no Plano;

4. **Investimento financeiro**
   Investimento total em Portugal: 356 475 €
   Investimento do programa LIFE: 213 885 €
   Investimento do Estado e entidades públicas: 0 €
   Investimento das ONGAs e entidades privadas: 142 590 €

5. **Receita direta do Estado**
   IRS: 27 924 €
   IVA: 14 801 €
   Segurança Social: 26 807€
   Total da receita do Estado: 69 532 € (19,50% do investimento total em Portugal)

6. **Resultado financeiro direto para o Estado:**

Na prática o Estado não fez qualquer investimento e beneficia financeiramente de num projeto de quase 356 mil de euros que vai envolver práticas e tecnologia de adaptação ás alterações climáticas.

7. **Mais informação**: https://liveadapt.eu/pt/home/

Resumo financeiro de 12 projetos LIFE desenvolvidos por ONGAs entre 2010 e 2020

O quadro seguinte apresenta um resumo do investimento e receita do Estado nos 12 projetos LIFE liderados por ONGAs apresentados anteriormente.

Quadro resumo dos projetos:

Projeto LIFE	Investimento Total (€)	Cofinanciam. Nacional (€)	% do total	Investimento do Estado (€)	% to total	Receita total do Estado (€)	% do total	Lucro do Estado (€)	% to total
Habitat Lince Abutre	2 250 552	562 638	25,0	120 682	5,4	573 490	25,5	452 808	20,1
Fura-bardos	1 275 911	318 977	25,0	318 000	24,9	368 170	28,9	50 170	3,9
Charcos	1 965 784	491 446	25,0	332 052	16,9	409 190	20,8	77 137	3,9
Terras do Priolo	3 455 763	863 940	25,0	802 830	23,2	1 064 594	30,8	261 764	7,6
Berlengas	1 417 805	567 122	40,0	591 038	41,7	425 634	30,0	-165 403	-11,7
Saramugo	1 397 567	698 783	50,0	343 343	24,6	437 627	31,3	94 283	6,7
IMPERIAL	1 914 187	478 546	25,0	246 768	12,9	555 214	29,0	308 445	16,1
Rupis	2 672 481	668 120	25,0	195 256	7,3	683 359	25,6	488 103	18,3
Lines	5 540 485	2 216 194	40,0	2 097 067	37,8	1 451 895	26,2	-645 172	-11,6
Eurolargecarnivores	267 351	66 837	25,0	0	0,0	83 752	31,3	83 752	31,3
Volunteer Escapes	1 909 329	652 404	34,2	56 299	2,9	459 107	24,0	402 808	21,1
LiveAdapt	356 475	142 590	40,0	0	0,0	69 532	19,5	69 532	19,5
SOMA	**24 423 693**	**7 727 601**	**31,6**	**5 103 337**	**20,9**	**6 581 567**	**26,9**	**1 478 230**	**6,1**

Resumo financeiro:

- No total os 12 projetos permitiram um investimento de 24,4M euros na gestão da Rede Natura 2000 nos últimos 10 anos;
- Do financiamento total, cerca 7,7M euros (31,6%) teve origem nacional;
- Do financiamento nacional, cerca 5,1M euros foram garantidos por organismos do Estado e pelo Fundo Ambiental, e os restantes 2,6M euros foram, ou terão de ser, suportados pelas ONGAs e outras entidades privadas;
- O Estado recuperou em impostos e contribuições sociais 6,5M euros (26,9% do investimento total);
- O Estado arrecadou com estes 12 projetos um valor líquido de 1,4M euros, porque não suportou a totalidade do cofinanciamento nacional;
- Por cada milhão de euros que o Estado invista na conservação da natureza, o programa LIFE coloca pelo menos mais 2,1 milhões, e o Estado recupera 800 mil euros em impostos e contribuições sociais.

- Ou seja, com um investimento líquido de apenas 200 mil euros nos projetos LIFE geridos por ONGAs o Estado pode gerar mais de 3 milhões de euros para a conservação da natureza e dinamização da economia local.

Conclusões e recomendações:

1. O Programa LIFE é um bom instrumento financeiro para colocar investimento na conservação da natureza, em particular na Rede Natura 2000;

2. As ONGAs possuem capacidade de gerar parcerias e apresentar resultados, que tem servido os organismos públicos e o País na área da conservação da natureza;

3. Os projetos LIFE geridos por ONGAs, para além dos resultados de conservação, produzem receitas financeiras significativas para os cofres do Estado e dinamizam a economia local;

4. O Estado pode apoiar mais os projetos LIFE geridos por ONGAs, garantindo a maior parte cofinanciamento nacional, e beneficiando na gestão da Rede Natura 2000 e na dinamização da economia local.

5. O apoio do Estado será mais eficaz se for garantido como cofinanciamento na fase da candidatura. Deste modo, fortalece as propostas, aumentando o seu sucesso, e possibilita ao País arrecadar mais verbas do Programa LIFE.

FIM

C6

Projetos em curso:

ONGA	Nome projecto	Tipologia	Duração	fim previsto	Valor total do investimento	Comparticipação do FA necessária
SPEA	Volunteer Escapes (LIFE17/ESC/PT/003)	LIFE (call especial)	3 anos	2020	244 029 €	95 171 €
SPEA	Ilhas Barreira (LIFE18/NAT/PT/000927)	LIFE Natureza	5 anos	2024	1 195 284 €	292 821 €
SPEA	EELabs	INTERREG	3 anos	2022	190 249 €	28 537 €
SPEA	OCEANLIT	INTERREG	3 anos	2022	120 364 €	18 055 €
ANP|WWF	LIFE16/GIE/DE/000661 - Euro Large Carnivores	LIFE Natureza	4,5 anos	2022	171 512 €	77 180 €
Quercus	LIFE LINES (LIFE14/NAT/PT/001081)	LIFE Natureza	5 anos	2020	222 097 €	51 839 €
Quercus	LIFE LiveAdapt (LIFE17 CCA/ES/000035)	LIFE Adaptação Alterações Climáticas	4 anos	2022	164 567 €	65 827 €
Quercus	0276_PRODEHESA_MONTADO_6_E	Interreg - POCTEP	2,5 anos	2020	53 333 €	13 333 €
Quercus	0620_BIOTRANS_4_E	Interreg - POCTEP	2,5 anos	2021	80 000 €	20 000 €
LPN	ORNITURISMO	INTERREG/POCTEP	3 anos	2020	106 660 €	3 000 €
LPN	LIFE IMPERIAL (LIFE14/NAT/PT/001300)	LIFE Natureza	6 anos	2020	1 344 416 €	70 000 €
TOTAL					***3 892 511 €***	***735 764 €***

(nota1 - o valor indicado pela ANP apenas refere o investimento de 2020, 2021 e 2022 - o projecto teve início em 2017)
(nota2 - o valor indicado pela Quercus no projeto LIFE Lines, corresponde ao cofianciamento não apoiado após 2018)

Candidaturas efetuadas em 2020:

ONGA	Nome projecto	Tipologia	Duração	fim previsto	Valor total do investimento	Comparticipação do FA necessária
SPEA	Projeto ROWAN	LIFE	5 anos	2025	1 163 065 €	28 000 €
SPEA	LxAquila	LIFE	5 anos	2025	817 608 €	181 165 €
SPEA	PanPuffinus (LIFE19NAT/MT/000982)	LIFE	5 anos	2025	445 779 €	178 312 €
LPN	NewForests (LIFE19NAT/PT/000984)	LIFE	5 anos	2025	501 632 €	200 653 €
LPN, SPEA, Palombar e ATNatureza	Aegypius (LIFE19NAT/PT/000931)	LIFE	5 anos e meio	2025	4 114 893 €	1 028 723 €
TOTAL					***7 042 977 €***	***1 616 853 €***

(Nota3 - Candidatura LIFE Aegypius: montantes do total de investimento e comparticipação do FA necessária para todas as ONGA)